



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140786 - BA (2021/0001665-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MARLUCIO LIMA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : TROYANO ADALGICIO TEIXEIRA LELIS - BA025590
GUILHERME CRUZ DO NASCIMENTO - BA059614
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARLUCIO LIMA DE SOUZA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8022703-70.2020.8.05.0000).

O recorrente foi preso, preventivamente, em 12/1/2017, após ser denunciado pela suposta prática do crime descrito no art. 121, § 2º, inciso IV, do CP.

Sustenta o insurgente que haveria excesso de prazo na formação da culpa, que não teria sido causado pela defesa, o que ensejaria o relaxamento de sua custódia cautelar.

Assevera que a revisão periódica de legalidade de sua prisão, nos termos do art. 316 do CPP, com a nova redação da Lei n. 13.964/2019, não teria sido realizada.

Aduz que faria jus à substituição da custódia provisória pelas cautelares previstas no art. 319 do CPP, ante a ausência de fundamentação do decreto preventivo.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso ordinário para que possa responder à ação penal em liberdade, com ou sem a imposição das cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que os motivos explicitados para manter a custódia operada em desfavor do recorrente mostram-se, em princípio, concretos, e pautados nas particularidades do caso em análise, prosseguindo o feito em aparente normalidade (fls. 415/428).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por

ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente